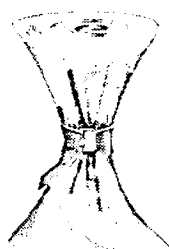


# Cortes afetarão Brasil em Ação

Programa terá em 99 R\$ 5 bilhões a menos do que executou este ano

**Governo ainda não definiu como serão as reduções de investimentos**



## AJUSTE

soal, benefícios previdenciários e transferências para Estados e municípios, a equipe econômica mexeu somente no que chamou de gastos "compressíveis". Nesta classificação está incluído apenas o item "Outras Despesas de Custeios e Capital (OCC)", que inclui investimentos, prestação de serviços na área social, expansão da infraestrutura econômica e despesas com a máquina administrativa.

O item OCC corresponde a um quarto das despesas não financeiras do chamado "governo central" (Tesouro, Banco Central e Previdência). O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que no programa de ajuste o Governo propôs a incorporação de mecanismos de controle prévio para o estabelecimento de metas orçamentárias. Isto facilitará o controle de gastos não apenas da União, mas também de estados e municípios, que, no esforço para alcançar o superávit primário de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem, serão responsáveis por 0,4%.

A União caberá administrar 1,8% do superávit e às estatais, os restantes 0,4%. "Nenhuma das medidas representa um cheque em branco em nome do Poder Executivo", disse Parente. "Tudo constará da proposta orçamentária e terá de ser discutido pelo Legislativo." Entre esse conjunto de medidas, ele inclui limites de dívida, déficit, receita e despesas. As reformas estruturais que virão após o ajuste irão prever penalidades para o não cumprimento de determinações orçamentárias e metas fiscais, que poderão ser institucionais, com suspensão de repasses, ou individuais, que recairão sobre as autoridades fiscais das três esferas de governo.

Os cortes no orçamento da União para 1999, fixados em R\$ 8,67 bilhões sobre o que estava programado, afetarão inclusive projetos considerados prioritários, incluídos no Programa Brasil em Ação, o carro-chefe do Governo Federal. Para o ano que vem, o Governo havia previsto a aplicação de recursos em torno de R\$ 43 bilhões em investimentos e custeio.

A tesoura do ajuste reduziu a verba para cerca de R\$ 34,3 bilhões. O montante corresponde, nominalmente, a menos R\$ 5 bilhões do que foi executado este ano. "É a primeira vez que vai haver um esforço efetivo de redução dos gastos do Governo Federal", afirma o ministro do Planejamento, Paulo Paiva. Ele confirmou que o cronograma do Brasil em Ação sofrerá atrasos em função dos cortes. Nas áreas de Educação e Saúde, o ajuste corresponderá a 10% a menos do que estava previsto.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, definiu o ajuste como "cumulativo", já que estará também adicionando os cortes sobre o orçamento deste ano, mas não detalhou como serão as reduções. Na semana que vem, o Governo deverá encaminhar ao Congresso a nova proposta de Orçamento, em substituição à que foi feita em agosto, onde estarão explicitados os novos valores para cada área.

Impossibilitada pela Constituição de alterar despesas com pes-

## ESFORÇO FISCAL REQUERIDO E MEDIDAS DE AJUSTE

Esforço Fiscal necessário p/ atingir a meta	Previsão 1999		Previsão 2000		Previsão 2001	
	R\$milhões	% PIB	R\$milhões	% PIB	R\$milhões	% PIB
1. Resultado Primário Antes das Medidas de Ajuste	(11.624,7)	(1,28)	(13.897,1)	(1,45)	(16.062,1)	(1,58)
2. Superávit Primário Requerido para Atingir as Metas	16.385,4	1,80	19.127,2	2,00	23.333,6	2,30
3. Esforço Fiscal Necessário (2-1)	28.010,0	3,08	33.024,3	3,45	39.395,8	3,88
Medidas de Ajuste Propostas	28.024,1	3,08	33.771,0	3,53	38.000,3	3,75
1. Medidas de Natureza Estrutural	3.530,0	0,39	9.216,2	0,96	12.580,7	1,24
2. Redução de Gastos	8.671,0	0,95	8.844,4	0,92	9.021,3	0,89
3. Redução do Déficit Previdenciário	2.554,0	0,28	4.303,0	0,45	4.432,1	0,44
4. Elevação de Receitas	13.269,1	1,46	11.407,4	1,19	11.966,2	1,18
Resultado Primário Após Medidas	16.399,5	1,80	19.873,9	2,08	21.938,2	2,16
Diferença em Relação ao Esforço Necessário	14,1	0,00	746,7	0,08	-1.395,5	(0,14)

## NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (91/98)

### ACUMULADOS NO ANO

### EM % PIB CORRENTE

Discriminação	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998 1/	Média	Média	
								(Jan-jul)	91/94	95/98	
<b>GOVERNO CENTRAL</b>											
Nominal	6,54%	16,31%	23,87%	10,15%	2,38%	2,56%	2,64%	4,65%	14,22%	3,06%	
Juros Nominais	7,52%	17,40%	24,75%	13,41%	2,90%	2,93%	2,37%	5,10%	15,77%	3,33%	
Primário	-0,98%	-1,10%	-0,88%	-3,25%	-0,52%	-0,37%	0,27%	-0,45%	-1,55%	-0,27%	
Operacional	0,08%	0,59%	0,60%	-1,57%	1,74%	1,62%	1,77%	4,54%	-0,08%	2,42%	
Juros Reais	1,06%	1,68%	1,48%	1,68%	2,26%	2,00%	1,50%	4,99%	1,48%	2,69%	
<b>ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>											
Nominal	9,77%	16,90%	27,12%	12,08%	3,57%	2,71%	3,04%	2,05%	16,47%	2,84%	
Juros Nominais	11,17%	16,97%	27,74%	12,84%	3,39%	2,16%	2,30%	2,05%	17,18%	2,48%	
Primário	-1,40%	-0,06%	-0,62%	-0,77%	0,18%	0,54%	0,74%	0,01%	-0,71%	0,37%	
Operacional	-0,68%	0,65%	0,08%	0,80%	2,37%	1,81%	2,27%	1,93%	0,21%	2,09%	
Juros Reais	0,72%	0,71%	0,70%	1,57%	2,19%	1,27%	1,53%	1,92%	0,93%	1,73%	
<b>ESTATAIS</b>											
Nominal	10,45%	12,54%	13,75%	4,74%	1,33%	0,61%	0,45%	0,30%	10,37%	0,67%	
Juros Nominais	10,78%	12,95%	14,50%	5,93%	1,25%	0,68%	0,51%	0,12%	11,04%	0,64%	
Primário	-0,33%	-0,41%	-0,76%	-1,19%	0,07%	-0,08%	-0,06%	0,18%	-0,67%	0,03%	
Operacional	0,79%	0,51%	0,03%	-0,37%	0,88%	0,32%	0,29%	0,30%	0,24%	0,44%	
Juros Reais	1,12%	0,92%	0,79%	0,82%	0,81%	0,39%	0,35%	0,12%	0,91%	0,42%	
<b>SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO</b>											
Nominal	26,75%	45,75%	64,74%	26,97%	7,28%	5,87%	6,14%	7,00%	41,05%	6,57%	
Juros Nominais	29,46%	47,32%	67,00%	32,18%	7,54%	5,78%	5,18%	7,27%	43,99%	6,44%	
Primário	-2,71%	-1,57%	-2,26%	-5,21%	-0,27%	0,09%	0,96%	-0,27%	-2,94%	0,13%	
Operacional	0,19%	1,74%	0,72%	-1,14%	5,00%	3,75%	4,33%	6,76%	0,38%	4,96%	
Juros Reais	2,90%	3,32%	2,98%	4,07%	5,26%	3,66%	3,37%	7,03%	3,32%	4,83%	

Fonte: BACEN

1/Valores acumulados Jan-Jul, em % do PIB do período

OBS: Superávit = (-)